

A IMPRENSA DE CUYABA'

ANNO V.

PERIODICO POLITICO, MERCANTIL E LITTERARIO.

N.º 259

QUINTA FEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 1863

A Imprensa—publica-se às Quintas Feiras na Typographia de Sousa Neves e Comp. Subscreve-se no Escritório da Directoria à rua Direita nº 29
Assinatura anual —Para a Província 12 \$ 000. Para fora 15 \$ 000. Avulsos 400 reis.

Editor:

Antônio Matias de Morais Navarro.

A IMPRENSA DE CUYABA.

CUYABA 31 DE DEZEMBRO:

Ha factos quē não se explicão; assim co-
mo ha erros que se há perdoão.

Nestas circunstâncias está por sem du-
vida um credo político, que a redacção do
Matto Grosso de Domingo 27 do corrente
escolheu como variedade pár' deleitar aos
seus leitores, com quabra da honra e só-
brios de uma nação que presa dentro e fó-
ra do seu território as cinzas do immortal
fundador do Império sul americano.

Contristonha a veréde a ingrata escolha
da redacção do Matto Grosso à todos os ho-
mens serios, que presão a monarquia bra-
sileira, e que hão e hovorão sempre em
seu fundador e no seu angusto filho o mais
excelso penhor das liberdades pátrias.

Que um estrangeiro ousada, pár' insultar
nossos brios, se atrevesse com mão
sacrilega insultar as cinzas do Augusto
Fundador da Monarquia Brasileira conce-
ber-se-hia; mas que, na mesma terra em
que o Sr. D. Pedro I plantou a arvore da
nacionalidade americana, subratando-a
do jugo portuguez, um jornalista brasileiro
se lembrasse de deleitar a seus assignantes
e leitores com as proposições seguitas:
«esteve sob o poder de Pedro I (fallando de
S. M. o Sr. D. Pedro II) que não foi cru-
cificado, morto e sepultado COMO MER-
ECIA!!!» é por demais: é excessivamente
de mais.

Mas se refletirmos que é o orgão dos li-
bertas da nossa terra quem assim deleita os
seus leitores—não precisa comentários.

— MEDIDA UTIL. —

A sociedade é interessada em que a mor-
te de um cidadão seja um acontecimento
público, e verificado com a maior auten-
ticeidade possível não só por causa das con-
sequências que d'ela resulta a ordem ci-
vil, como mesmo pela maior segurança da
vida de cada um de seus membros.

Não poucas vezes a experiecia tem
mostrado que debaixo de uma morte ap-
parente existe um crime; não raro o deli-
to tem sido occulto debaixo de uma mor-
talha por falta de uma syndicância minu-
ciosa da parte da polícia. Exemplos des-
tas verdades não faltam; mas o certo es-
pago que temos para traçar estas linhas
nos inhibe de apontá-las.

Ninguem duvida que os homicídios são
assunto mais latente nos países civilizados, quanto
é mais ignorados e impunes por falta de
precauções tomadas para que a morte de
um homem seja publicamente conhecida.

Para garantir essa publicidade, que a re-
ligião de acordo com a política adopta e
sanciona, aquella por meio das ceremo-
nias fúnebres, e esta por meio das suas pro-
vidências, o Sr. Dr. Chefe de Polícia aca-
ba de tomar medidas, que vigorem de a-
manhã em diante, de acordo com a autori-
dade eclesiástica.

Não se deve, dg amanhã em diaante, pro-

ceder ao enterramento de cadáveres sem
que os haja o medico da Policia examinado
e attestado a natureza da molestia, que
ocasionou a morte do individuo; o nome,
idade, filiação, e dia do óbito.

Este certificado será presente à autorida-
de policial para pôr-lhe o visto, e depo-
is levado ao parochio ou ao sacratário da
igreja onde se tenha de dar sepultura ao
cadáver.

Esta medida além da utilidade spontânea
sobrepuja ainda pela organização regu-
lar de uma estatística oltuaria nesta capi-
tal.

Fazemos votos para que o Sr. Dr. Fir-
mino não encontre embarracos na execução
do seu plano, que assaz louváveis.

Segue amanhã com licença para a Corte
o Sr. Antonio Ferreira da Silva Comman-
dante do Vapor Conselheiro Paranhos.

As maneiras delicadas e sempre urbi-
nas desse digno cavalheiro, seu modo de
tratar, que lhe conciliaria a estima e ami-
zade de toda a praça do commercio de Cui-
abá, e dos diversos cidadãos de outras pro-
fissões, que tiverão a dita de ser seus
passageiros, foi e será um garante para o
nosso commercio e para a Companhia de
Navegação do alto Paraguay, à qual soube
sempre servir com a maior dedicação, não
ponhendo sua mesma pessoa e serviços,
para acudir em tempo a hora o vaso con-
fiado aos seus cuidados, e desvia-lo dos
barcos, dos troncos de madeiros, e de
despedaçar-se contra o barranco nas aguas
e estreitas voltas do rio Cuiabá.

A Companhia difficilmente o substituirá
em qualquer emergencia.

Bastava o asseio do Vapor Paranhos, o
contentamento da guarnição, quando mais
alto não houvessem faltado o commercio
da Província em uma felicitação que já lhe
dirigio, e os diferentes, variados e espon-
taneos agradecimentos dos passageiros em
quasi todas as viagens, para attestarem
quam bem servida se achá a segunda parte
da linha de navegação do Alto Paraguay no
commando de seus vasos.

São ainda em seu favor os testemunhos
do Agente da mesma Companhia nesta
Capital.

Fazemos votos com todo o commercio
para que o Sr. Ferreira, rustabeleça-se em
breve da enfermidade que o obrigou a pe-
dir a licença de 4 mezes, para vir tomar o
commando do Conselheiro Paranhos, no
qual tem sabido conciliar os interesses da
companhia com a justiça e exigências da
polícia de Cuiabá e dos particulares.

Nestas curtas linhas exprimimos um voto:
a gratidão do commercio ao Sr. Antonio
Ferreira da Silva, digno commandante do
Vapor Conselheiro Paranhos.

NOTICIAIRO.

ASSEMBLEA PROVINCIAL.— No collegio
electoral reunido a 24 do que hoje finda-se

obterão votos para Deputados Provinci-
ais os Senhores.

Ten^o Cor^l Leopoldino L. de Faria 47 votos.

Capitão Joaquim Pinto Guedes >

> Francisco Nunes da Cunha >

Ten^o Francisco Xavier Castello >

> Caetano da S.^a e Albuquerque >

Al^o Antonio P.^{lo} N. de Figueiredo >

> Manoel Bento de Lima >

Dr. José A. Barbosa de Oliveira >

José Caetano Metello >

Joaquim Pires da Silva >

Ten^o Cor^l Albano de Sousa Osorio 46 votos

> Alexandre José Leite >

Conego Manoel Pereira Mendes >

Conego Joaquim A. da S. Rondon >

Capitão Thomaz de Miranda Róiz >

Ten^o Francisco P. da M. Jardim >

> Francisco de Assis Pereira >

> Antonio de Pinho e Azevedo >

Al^o João d' Alencar S. de Oliveira >

Bento Franco de Camargo >

Francisco João Botelho >

Manoel da Costa e Arruda >

Ten^o João d' Albuquerque e S. 42 votos

RECRUTAMENTO.—Há dias saiu para o
distrito de Santo Antonio do rio abaixa
um escoio afim de proceder ao recruta-
mento: consta-nos ter ella commetido
muitos abusos munida da força armada.
Chamamos attenção do Exm.^o Sr. Presi-
dente da Província, e do Sr. Dr. Chefe de
Polícia para a correspondencia abaixo pu-
blicada, sob a firma do Sr. José Ignacio da
Silva. Ella annuncia diversos attentados
contra a liberdade individual e contra a
garantia da inviolabilidade do azito; e mis-
ter se faz que a santidão das leis não seja
offendida impunemente, seja quem for o
contraventor. Não censuramos o recruta-
mento, é uma lei, boa ou má, respeitam-la,
laudaremos o modo porque se o vai pondo
em pratica.

SEGURANÇA INDIVIDUAL.—Consta-nos que
no dia 7 do corrente fôra atrocemente es-
pancado na freguesia de Santo Antonio do
rio abaixa Manoel Dellino, official de car-
pinteiro, por Victoriano, filho de Bento de
Lara, e que o paciente achá-se em risco
de vida; consta-nos mais que o réo esteve
nesta cidade no dia 23 do corrente. Valha-
mos a justiça do céo, si em Santo António a
justiça da terra dorme o sonno da indifferença
sobre a segurançā individual.

ABORIGENES.—No dia 21 deste foi acom-
mittido o engenho denominado Tam-
jucá, situado em serra acima, propriedade
do Sr. Joaquim José de Sampaio,
pelos indios bravios, os quales frecharia a
um escravo e um camarada da estabeleci-
mento, e pozerão o engenho em cerco.

Cada vez mais os factos vão provando a
vigilância que deve empregar o governo
para manter a segurançā individual e de
propriedade dos habitantes da serra, con-
tra a saña dos malvados aborigenes, que
desejão ver despolarizados os nossos
matos, e aniquilada a nossa já bem de-
cadente favura,

Consta-nos que o Sr. Sampaio pedira auxílio ao Subdelegado da Chapada, e que este oficiaria ao Sr. Dr. Chefe de Polícia, que traria de tomar as providências.

Não sendo acto virgem julgamos mais acertado que as medidas empregadas sejam em ordem a salvaguardar as vidas e propriedades, que à testifical somente a existência do facto já consumado.

Nada valem os remedios e os esforços quando a vida já não existe; se a propriedade pode ser tomada ao injusto detentor e restituída ao legítimo Sr., a vida nunca mais o poderá ser.

VISITAS EXCOMMODAS—Na noite de 26 para 27 das 11 para as 42 horas assaltaram a casa do Sr. Dr. João Carlos Schalze quatro individuos de cara e calça embrulhadas em lençóis ou toalhas brancas, de forma que só deixavam ver o nariz e os olhos.

Entraram pela taipa, e saltando de quirito para casa fizeram a varanda o procurador arrombar o quarto da escrava que gritava.

O Sr. Dr. achava-se completamente desarmado, dirigiu-se a janela da rua e pede a chamar a vizinhança que acudiu, e juntamente algumas praças de permanentes; porem em balde; porque os lás individuos se poseram ao fresco saltando de taipa em taipa. O Sr. Dr. Chefe de Polícia deu provisões assim de se não repetir a gímnastica na seguinte noite.

MACHOMBA—No dia 24 de mez de Novembro do corrente anno de 1863 passou da presente vida, na Freguezia de Santa Anna da Chapada deste Bispado, Thereza Pires, na avançada idade de 110 annos pelo menos, segundo a tradição alli existente, e notícias por ella dadas em sua vida. Era filha dos primeiros Indianos aldeados na Chapada no seculo passado, e tão robusta estava que ainda este anno, ella com suas proprias mãos apanhou café no seu pequeno cafetal.

Foi Thereza Pires pobre, porem sempre verdadeira, e honrada em todos os seus tratos, pelo que foi ella sempre remediada até morrer, tão provida que guardou por espaço de muitos annos a sua mortilha, sempre a reformando quando a emprestava aos outros, o que não poucas vezes teve lugar.

Pagou em vida a Missa de corpo presente, que havia de ser dita depois de sua morte, e conservou seu juizo e discrição até a hora derradeira. Acostumada a compriir todos os seus deveres religiosos, poucos dias antes de sua morte, rececendo que se os longos annos hão a findar-se, preparou-se para receber os últimos sacramentos, e com efeito os recebeu todos cheia de fé e confiança nas Misericordias do Senhor. Foi sepultada na Matriz de Santa Anna da Chapada para cuja edificação, havida a 90 annos, concorreu carregando terra em seus homens sendo moça de maior.

MALAS DO CORREIO—Entregão-se hoje as 6 horas da tarde à Agencia da companhia.

REFORMA ELEITORAL

ELEÇÃO DIRECTA.

CONTINUAÇÃO DO NUMERO ANTERIOR.

O admirável relatorio de Beranger e a camara toda, reconheceu que tem direito ao voto eleitoral todo o cidadão capaz de exercer; que pouco e pouco se devia ir ampliando a admissão das capacidades, e abaixando o censo; numa palavra, que era preciso imitar o procedimento da Inglaterra, mãe-patria da liberdade política no mundo. Mas as facções só buscavam pretextos revolucionários e razões especiais, porque verdadeiras e de publica con-

venienciaas não tinham; tanto isto é verdade que apenas aquella lei foi substituída pelo voto universal, roscava a metralha em Paris, em Lyão, e noutras cidades, ceifaundo milhares de milhares de plebenses, excitados e illudidos acerca de seus verdadeiros interesses, nascendo nessas feitiçadas batalhas, e no receio de sua reprodução a necessidade do absolutismo, e ficando provado, ainda para os mais incredulos, quão fundada em razão e quanto previdente era a lei censitária de 1831.

Se Napoleão III tivesse sucedido a um governo de voto universal, que houvesse durado algum tempo, como aconteceu a seu tio, de certo não teria encontrado no tesouro e nas leis os recursos com que tem dissimulado a sua omnipotencia entre a espantosa prosperidade da França. Teria provavelmente sido obrigado, como seu tio, a diminuir a miseria da França com os despojos das outras nações. Do tal corpo eleitoral oligarchico foi que Napoleão III herdou a possibilidade de executar, sem o minimo sacrifício das outras nações, as maravilhas da paz e da guerra, que temos presenciado.

Estamos persuadidos que hoje Lamarck e seus collegas, considerando em que vieram a dar as reformas que propunham para tornar o voto universal, e o que da sua realização resultou, devem estar bem contractos do que fizeram. Homens tão superiores, tão eminentes, tão de hoje, confessar sem humilhação que Lassalle, Béranger e outros autores da lei censitária de 1831, conheciam melhor do que elles o limite que se devia pôr ao direito eleitoral para tornar possível em França a liberdade politica.

Verdade é que Duvergier de Hauranne, Hellé, e outros eminentes escriptores, não queriam que se recorresse a meios revolucionarios, e tudo esperavam do tempo e das convicções; mas os partidos, que só anhelavam pelo poder, e nada se importavam com a verdade do governo representativo, transformavam as opiniões arrasoadas destes homens superiores em armas, não para aperfeiçoar e consolidar as instituições liberais, mas para assumir o poder por meios revolucionarios, embora acabasse a liberdade politica, como acabou.

De que é que não abusa o espirito revolucionario? De que é que interesseros e apaixonados quereladores não fazem armas contra os obstaculos que se oppõem à realização de suas ambições? Tudo lhes serve para destruir; até as verdades mais incontestaveis das sciencias exactas são deturpadas, para saciar paixões horríveis.

E a este respeito lembramo-nos da astuta rapozreira com que Voltaire utilizava as estupendas descobertas scientificas de Newton para propagar o ateismo.

Newton, esse genio assombroso, que honra a humanidade, a cada nova verificação que fazia das leis que descobria, ficava extasiado com a profunda incompreensivel da sabedoria divina, e exultava em louvores ao Altissimo.

Voltaire, pelo contrario, admirava Newton, e quasi o divinisava, mas exclamava a cada descoberta deste grande homem, que à vista das forças inherentes à materia, e das leis que regiam essas forças para a regularidades do universo, não se precisava de Deus; e que portanto era uma hypothese desnecessaria — *um ente superfluo*.

O espirito de partido, de seita, de sistema, de facção, é sempre assim: de tudo faz armas, para destruir, mesmo o que ha de mais sublime, de mais indubitable aos conhecimentos humanos, de mais sagrado nas crenças de toda a humanidade! Entre Newton e Voltaire está o espaço que separa

o partidista honesto do revolucionario.

Esse grupo, que deram cabo da lei censitária e da liberdade politica em França, não eram partidos; eram facções de tendencias e convicções diferentes, até opostas. Não somos nós que o dizemos, é o profundo pensador Helio, esse respeitavel conselheiro do tribunal supremo de França, que atravessou quasi todas as fases da revolução francesa, e que tinha sincero amor à liberdade politica. Terminaremos este artigo citando as suas palavras, que tanta autoridade técea por toda a parte,

» Em França não ha partidos; e se aínda ha conservo, esse nome, é para mostrar que nenhuma significação tem.

» Como teríamos partidos, elemento de governo representativo, se não temos espirito publico, elemento de partido? Temos em verdade o ardor da luta, a agitação de combate, mas no intervalo das crises esmorece esse interesse publico incansável, para cujo alimento basta os negocios ordinarios. Os negocios publicos destituídos de perigo, de paixão e de escândalo, não excitam mais a nossa lauguerde; o interesse individual absorve toda a nossa actividade, entregão-nos o poder ávido, que nos cubica, apresenta-lhe o nosso lado fraco, convertendo-nos em presa, que por si mesma se coloca de modo que passa ser mais comodamente devorada.

» Não ha, pois, verdadeiramente partides porque não são estes restos de facções que ali se agitam à roda de nós; não o são esses grupos de homens, cuja existencia tem por unica causa efficiente as ambições particulares. Nem sequer a podê-los contar os caracterizar. Não se podem contar, porque são inaudíveis; o interesse geral não se divide arbitrariamente; não apresenta à escolha grande variedade, e racilla entre whigs e torys.

» Quem sai destas divisões principaes, perde-se no infinitamente pequeno, retorce-se a pô, e as facções multiplicam-se então sem razão, nem termo. Ningnem as pode caracterizar por um principio geral; na nossa historia constitucional conhecem-se somente por certos nomes proprios, e por certas datas. O verdadeiro partido forma se por um interesse real: a facção inventa um interesse para tomar feito do partido; porém é mais fácil tomar as apparencias do que o carácter de um partido; porque o carácter depende da origem, e a origem não se contrapõe. Por isso nas rapidas vicissitudes dos nossos ministerios, o maior embaraço do que sóbrio, é distinguir-se do que cai, e redigir o seu programma.

» O partido tem uma consistencia que lhe é propria, porque procede da opinião; a facção só tem, como os soldados, uma senha e quando lhe falta, os adeptos não sabem onde se há de reunir.

Sonbor—O Barão de Villa Maria, cidadão residente na Província de Mato Grosso, além de outros serviços feitos na mesma província e que já levarão V. M. Imperial em sua favor a conceder-lhe aquele título, acaba de prestar um dos extraordinarios e relevantes serviços mencionados no § 3º. do artigo 9º. do decreto n.º 2.833 de 7 de Dezembro de 1861. Em cumprimento do art. 8º. § 3º. 2º parte desse decreto, tenho a honra de propor a V. M. Imperial que se diga ao nomear o Barão de Villa Maria oficial da, e dem da Roza.

Tenho a honra de ter com o maior e profundo respeito a V. M. Imperial subscrito reverentemente Marquez de Olinda.

Acordende a que o Barão de Villa Maria, além de outros serviços, feitos na província de Mato Grosso, acaba de prestar um dos extraordinários e relevantes, mencionados no § 3º, do artigo 9º, do decreto n.º 2833 de 7 de Dezembro de 1861: hei por bem nomear-o oficial da ordem da Rosa, Palácio do Rio de Janeiro em 10 de Maio de 1863 42º, de independência e do império.—Com a rubrica de Sua Magestade Imperador.—Marquês de Olinda.

Transcripto do suplemento do Jornal do Commercio de 12 de Junho:

A PEDIDO.

Srs. Redactores. Na Actualidade n.º 631 de 28 de Setembro do corrente anno foi transcripta uma carta, de 14 de Agosto anterior à data desta cidade, na qual o seu autor, na parte que me diz respeito, faltou cavallosamente à verdade. E' contra duas assessorias constantes da mesma que venho hoje protestar energicamente.

Tratando de narrar a eleição da Freguesia a que pertence dia o correspondente à Actualidade. «Consta-nos mais que esse Collector e mais um sujeito, que tem-se enriquecido instantaneamente sem se saber d'onde e de que maneira tem adquirido a fortuna que ora posso, de nome Luiz Ernesto Pinto, tentarão contra a vida de Jardim, peitando a um negro para assassiná-lo, porém não assevera esta notícia por não termos pleno conhecimento d'ella.»

Nascido nesta Província. Srs. Redactores, aqui tenho sempre vivido, não pouparei sacrifício alguma para melhorar a minha posição entre os meus compatriotas.

A despeito disto é publico e notorio que só honro conseguiu no correr de 42 annos de uma vida laboriosa collocar-me em posição de não importunar aos meus amigos para darem-me o pão preciso à minha subsistência e de 9 filhos que tenho.

Si no commercio disponho de alguns recursos são elles devidos ao crédito de que goso perante os meus amigos.

Por tanto dando-me como rico o correspondente da Actualidade não faz mais do que faltar a verdade a si e ao público, ou requeirar a sua má fé para chegar ao seu fim.

Cumpre notar que não tenho mé envolvida em grandes negócios donde tirasse grandes lucros e bem assim que nunca exercei cargo algum público que melhorasse o meu estado de fortuna.

Até 1861 exerci o de Almoxarife do extinto Trem Naval do qual acabo de prestar contas tendo recolhido à Thesouraria a quantia de 887\$000 reis proveniente de diversas faltas a que fui condenado pela má escrituração daquelle Estabelecimento, conforme os documentos nºs 1 e 2.

Estes documentos provam atá a evidencia a boa fé com que sempre exercei aquele cargo, e só elles bastão para aniquilar os meus desafectos em questão desta natureza.

Quanto ao 2º de ter eu peitado a alguém para assassinar o Sr. Jardim, é tão verdade que o proprio autor da carta, para escapar a responsabilidade diz: «não asseveramos esta notícia por não termos pleno conhecimento d'ella.»

Tal é a sorte de um homem quando se sujeita a tal falha daquelle que nad conhece, e infeliz daquelle de quem fala, porque se expõe a credibilidade dos que também o não conhecem.

Os que me conhecem lângão um sorriso de escarnio, ou infame caluniador, o qual é entregue à completo desprezo.

Com a inserção destas linhas e dos documentos, que remetto farão VV. Ss. um especial favor e obsequio ao seu constante leitor.

Luiz Ernesto Pinto.

Documento n.º 1

Raimundo João dos Reis, Terceiro Escriturário do Tesouro Nacional, e Inspector da Thesouraria da Fazenda da Província de Mato Grosso, por Sua Magestade O Imperador Que Deus Guarde etc.

Fago saber aos quais a presente Quitação virão, que havendo eu tomado por este Thesouraria as contas de Luiz Ernesto Pinto, ex Almoxarife do extinto Trem Naval e do actual Arsenal de Marinha concernentes aos annos decorridos de mil oito centos cincuenta e tres a mil oitocentos sessenta e um a verificá-los se haver diversos objectos em falta, os quais conforme a avaliação dada a cada um dos mesmos importava na quantia de oito centos oitenta e sete mil e noventa e nove reis, cuja importância foi pelo dito ex Almoxarife recolhida ao costa do Trem Naval no livre caixa do exercício de mil oitocentos sessenta e tres a mil oitocentos sessenta e quatro a folhas cincuenta e tres sob o artigo cento e setenta e nove em quarto do vigente mês. E' tendo sido as referidas contas apresentadas no Sessão da Junta da Fazenda do tres do corrente mês, fez as approvações. Pelo que julgo o dito ex Almoxarife Luiz Ernesto Pinto por que te e livre de responsabilidade para com a Fazenda Nacional por dito quanto recebera e despendera nos citados annos, do que para constar mandei passar-lhe a presente Quitação que vai por unha assignada e sellada com o sello das Armas Imperiais. Prima Seccão da Thesouraria de Fazenda da Província de Mato-Grosso Cuiabá cinco de Dezembro de mil oitocentos sessenta e tres, quadragesimo segundo da Independência e do Império Eu Antônio Honório Ferreira Primeiro Escriturário—Servindo de Chefe da Secção—, a fitz escrever e subscrevi.—Raimundo João dos Reis—Quitaria pola qual VS. dd. por justas as contas do ex Almoxarife Luiz Ernesto Pinto—como acima se declara.—Para VS. ver e assinar.—Fulgencio Angulino de Barros Figueira, a escrevo.

Raymundo João dos Reis.

Registrada a 16 v. a 62 v. do livro respectivo 1º. Seccão da Thesouraria da Fazenda em Cuiabá 5 de Dezembro de 1863.

Corrêa.

N.º 2

Ilmº. Sra. Inspector da Thesouraria

Passo-se pola 1º—Seccão do que constar. Thesouraria em Cuiabá, 11 de Dezembro de 1863.—Raymundo João dos Reis.

Luiz Ernesto Pinto, precisa a bom de seu direito e justiça que VS. lhe mando passar por certidão authentic a theor do relatório do Empregado revisor das contas que por essa Repartição fizeram processadas, concernentes ao exercício do supplicante na qualidade de ex Almoxarife do extinto Trem Naval e do actual Arsenal de Marinha.—Nestes termos—E. R. M.—Cuiabá, 10 de Dezembro de 1863.—Luiz Ernesto Pinto.

N.º 1 R\$ 5100 Pg. cm. seis reis.—Cuiabá 11 de Dezembro de 1863.—Gaudio. Coelho.—Certifico, em comprimento ao despoço retro, que, do processo das contas do ex almoxarife do extinto Trem naval e actual Arsenal de Marinha desta província Luiz Ernesto Pinto, consta o relatório do qua trata a presente petição, o qual é do theor seguinte.—Illustrissimo Senhor Inspector. Em virtude do artigo sexto do regulamento de trinta e uma de Janeiro de mil oito centos e sessenta, posso a examinar o inclusivo processo das contas do ex almoxarife do extinto Trem naval e actual Arsenal de Marinha desta província Luiz Ernesto Pinto, tomadas, fora das horas do expediente ordinário da repartição, pelo Senior Chefe da Seccão João Nunes Martins, a face de oito livros que servirão com o dito Pinto, sendo três de cargas e cinco de descargas, além de vários coñecimentos e documentos de despesa, e recomendo por estes livros aqueles que o almoxarife exercerá esse cargo desde Novembro de mil oito centos e cincuenta e tres até Março do mil oito centos e sessenta e um, abrangendo pelo cittadão João Baptista de Oliveira (hoje Barão de Agapóhy) e sua mulher Dona Maria Alves Ribeiro. A escrituração daquelle livros não resultou de defeito que possa prejudicar a intenção fundada a liquida da Fazenda Nacional na cobrança do alcance destas responsáveis. As operações de receta foram feitas nas épocas devidas, a vista das guias declaratórias das quantidades e qualidades dos objectos e gêneros entrados para os armazéns, e as descargas, em virtude das ordens dos respectivos diretores e inspectores, as quais ficão archivadas na Sessão. Posto que, como já o disse, a escrituração de que se trata não se resulta de defeito que se possa prejudicar o dízito da Fazenda Nacional, deve computar isto, emar a vossa senhoria que nô se falta de uniformidade dada na nomenclatura de alguns artigos de despesa, em que a tiveram quando entrarão para os respectivos armazéns, sendo estes defeitos cons consequencia, não só de ignorância, como de pouco escrupulo na redacção das ordens de despesa expedidas pela directoria do extinto Trem naval e Inspector do actual Arsenal de marinha, e deste facto resultou que, embora os esforços que empregaram de minha parte para attender convenientemente a semelhantes irregularidades na compensação a que procedeu, ainda assim figura muito à quem do que realmente seria possível. Seja-me pois licito chamar a atenção de vossa senhoria para esse facto, e bem assim para o de ter o dito ex almoxarife entre os objectos que ora lhe aparecem em sua força de quantidade, os quais, se não lhe forem carregados, ou sofreram nova nomenclatura por ocasião do respectivo inventário da entrega. Opino entretanto pela primeira hipótese, convindo acrescentar que em ambos os casos, o que o prejudicado sempre aquele responsável. Por esta occasião devo informar mais a vossa senhoria que, a despeito do exposto, as contas de Luiz Ernesto Pinto, sobre em relação a todas as outras daquele establecimento desde o extinto Trem naval ate as ultimas apresentadas do Arsenal de Marinha, as que se acham mais regulares e sem vicio ou defeito notável, além dos que já tive a honra de expor a vossa senhoria; devendo entretanto notar que a escrituração do extinto Trem naval é muito mais perfeita do que a do actual Arsenal de Marinha, visto que da primeira não se comprehende falta de fiscalização, o que aliás superabundava na segunda. Considero os apontamentos de cargas e descargas parciais e mais documentos constantes da ultima parte do resumo, não encontrei neste trabalho diferença alguma para mais ou para menos, sondando portanto as relações numero dois e tres as faltas e sobras de resultado da confrontação entre o que recebeu, despendeu e entregou aquele ex Almoxarife, exclusive varios conhecimentos e documentos de despesa que não lhe fordo em tempo descregadas. A vista daquelas duas relações e dos dous additamentos annexos ao resumo procedi à respectiva compensação entre as faltas e sobras na forma indicada nas instruções do vinte e seis de Abril de mil oitocentos e trinta e dois e mais disposições em vigor, organizando afinal a relação junta sob numero quatro constatado das faltas líquidas porque está responsável o dito ex almoxarife, tendo previamente atendido na confecção deste trabalho os conhecimentos, em forma e documentos de despoço legal e autorizada passa-los pelos commissários dos vapores Jaurú e Paranaíba e encarregar o estaleiro dos Dourados e outros, a saber: os primeiros que forão entregués ao responsável em questão ao tempo em que o Arsenal de Marinha já havia encerrado as suas contas; e os segundos que não lhe fordo descarregados em seu devido tempo; falta esta digna da maior severa censura ao respectivo escrivão. Grande numero de objectos em falta fordo por mim compensados como os deus jogos de machinismos incompletos, recorrendo eu para isso ao livro segundo das cargas a folhas noventa e sete, guia sob numero seiscentos e quarenta e oito por ter verificado serem esses objectos em falta os mesmos de que se compõe aquelles dois jogos de machinismos. O minucioso relatório apresentado pelo ditossenhor chefe da seccão João Nunes Martins, com a exposição do qual me conformo, submetto à juidiosa consideração da vossa senhoria e mais documentos a que elle se refere naquelle importante trabalho, concernentes ao processo das contas do responsável de que tratou. Deixo de apresentar a vossa senhoria a relação das sobras que verifiquei depois de feitas as devidas compensações por ter observado a este respeito a disposição dos capitulos trinta e nove e cincuenta e quatro do regimento de contas do treze de Setembro de mil seiscentos e vinte e sete. Existindo nesta Seccão os preços dos objectos constantes da relação junta, numero quatro, annexo mais a este o da importancia dos mesmos, sob numero cinco. Por elle vé-se que o responsável de que se trata achava-se em debito para com a Fazenda Nacional pela quantia de oitocentos e oitenta e sete mil e noventa e nove reis que deve ser recolhida no cofre da Thesouraria, para depois expedir-se-lho a respectiva despesa. Eis, illustrissimo Senhor, indiquando me cumprir e posso informar a vossa senhoria sobre as presentes contas, por min contidas e examinadas em horas fóra do expediente ordinário da Thesouraria, a cujo respeito Vossa Senhoria resolverá como em sua selecção entender de justiça. Cuiabá, trinta de Novembro de

mil oito centos e trinta, digo, o sessenta e tres, Antonio Honório Ferreira.—O referido é verdade, em fô de que, fiz passar a presente, José Estevão Correa, primeiro escrivário da Thesouraria do Fazenda de Matto-grosso, a escreveu na primeira Seção da mesma aos vinte e quatro do Deseembro de mil oitenta e seis e sessenta e tres. Servindo de Chefe da Seção.—Antonio Honório Ferreira.

PARA O EXMº. SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA LER.

O abuso do poder ha pouco exercitado pela escolta enviada pela Marinha ao distrito de Santo Antonio do Rio abaixo para ahi proceder o recrutamento contra cidadãos inofensivos, a despeito das garantias legaes que os circundão, importando manifesto atentado das Instituições de um Paiz livre, como o nosso, forçá o abaxio assignado erguer sua voz pela imprensa contra a oppressão e a injustiça commetidas para não se apagar mais a paciencia do Povo e surgir logo o devido correctivo.

Prescindindo das violencias feitas no Engenho Velho, Poco e em outros sitios d'aquele distrito, apresentou-se ella ta noite de 23 para 24 do corrente no Arraial, e ahi em vez de prender os vagabundos que por ventura encontrasse ou por outra esperar pelo dia seguinte para então cumplir a comissâo de conformidade com o ultimo Regulamento em vigor, pelo contrario começo logo nessa deshora a operação com entrada forçada pelas casas dos moradores e com desconhecimento do moralizado respeito devido à família em seu azylo, e da propriedade garantida em toda a sua plenitude pelo Pacto Fundamental do Estado, manietara cruelmente com cordas aos filhos camaradas e guardas nacionaes que encontrara, levando ainda consigo os objectos que puderão achar desapercebidos na occasião do alarma doméstico como se fossem res nullius, e por isso primi captais!

Costa crer-se, mas saõ factos, que hoje consumados, sobre elles podem depor o Vigario da Freguezia, Rvd. Miguel Dias d'Oliveira, Capitão Francisco Vieira d'Almeida, Capitão Miguel Angelo d'Oliveira, Capitão Rodrigo da Fonseca Moraes, Capitão Flaviano Gomes de Barros, e os moradores do Poco e Engenho Velho, que no desempenho de semelhante comissâo simultaneamente forão sacrificados liberdade individual, propriedade real, repouso e decoro das familias contra a Lei que, sendo a ideia commun da Sociedade, deve necessariamente ser respeitada por todos em geral e pelas autoridades constituidas em particular.

Nesse sentido pois resolveo o abaxio assignado sem a menor hesitação, submettêlos quanto antes ao domínio do publico, para o fim de evitar, naõ só que a anarchia mediante a impossibilidade da indolencia substitua a ordem em que vivemos visto como tarde ou cedo o tempo vinga necessariamente o ultrage das Leis, como também para que a vontade do prepotente nao triunfipe entre aquelles opprimidos com flagrante menoscabo da justiça.

Cuiabá 26 de Dezembro de 1863.

José Ignacio da Silva Ferreira.

EDITAES.

O Dr. Firmino José de Mattos Chefe de Policia da Provincia de Mato grosso por S. M. o Imperador &.

Faz saber que do dia 1º. de Janeiro proximo futuro em diante, fica expressamente prohibido e não se receberá em Igreja alguma d'esta e da Freguezia de S. Gonçalo de Pedro 2º, cadáveres para serem en-

terrados, sem que preceda um attestado que será passado pelo Dr. José Augusto Barboza de Oliveira, medico privativo da Policia, ou outro qualquer que a isto se queira prestar em o qual se declarará o nome do falecido, idade, estado, naturalidade, filiação, data do falecimento, e finalmente a natureza da molestia que ocasionou a morte: este attestado será apresentado ao chefe de Policia ou a primeira autoridade policial que for encontrada, a qual lançando o seu visto fará delle entraga a parte que o apresentará ao respectivo Vigario para proceder-se ao enterramento na forma do costume.

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou lavrar o presente, que será publicado em os lugares do costume e pela imprensa. Cuiabá 22 de Dezembro de 1863.

Eu André Seixas Pereira das Guimarães, escrivão que o escrevi.

Firmino José de Mattos.

O Capitão João de Souza Neves, Juiz Municipal e Commercio Suplente do Termo desta Cidade de Cuiabá &.

Fago saber que por parte de Bartholomé Bossi, director da Companhia de Mineração de Matto-grosso, ultimamente nomeado, me foi feita uma petição, em a qual me requeria que lhe tomisse o seu protesto, para conservação de direitos de seus committentes, contra todos os actos que forem praticados pelo Coronel José Joaquim de Carvalho, que tenha por fim a continuação da gerencia da mesma Companhia, ou que resultem de quaisquer pretextos que procure para a não entrega d'ella; visto estar exonerado pelo competente Directorio, residente no Rio de Janeiro, como lhe era permitido pelo § 2º. do art. 84 do Cod. Com.: por quanto, avisado disso desde o corrente mez, não veio até hoje a liquidar e entregar tudo, como promettera por carta dessa mesma data, e nem talvez o faça até 4 do mez vencido.

E porque ordenei por meu despacho datado de hontem que tal protesto lhe fosse tomado, achando-se o interessado ausente para as mattas da ponia, em Villa Maria, como também allegou, lhe mandei passar a minha presente Carta d'Elito, pela qual hei por intimada toda e qualquer pessoa a quem possa interessar o referido protesto.

E para que chegue à noticia de todos será esta affixa nos lugares do costume, Cidade do Cuiabá 26 de Dezembro de 1863. E eu Joaquim José Cardoso Arinos escrivão o escrevi (Estava assignado).

João de Souza Neves.

DESPEDIDAS.

O abaxio assignado, pelos seus muitos negocios na proximidade de sua viagem para a Corte não pôde despedir-se de todos os seus amigos, e por isso serve-se do orgão da imprensa para o fazer, pedindo ao mesmo tempo desculpa dessa falta involuntaria, e oferecer-lhes seus serviços no Rio de Janeiro durante sua estada alli.

Henrique José Vieira.

O abaxio assignado tendo de seguir para o Rio de Janeiro, no proximo Paquete, donde vai gozar dos quatro meses de licença que obteve da Presidencia da Companhia de Navegação do Alto Paraguai, não podendo despedir-se pessoalmente de todas as pessoas de sua amizade o faz pelo orgão da imprensa, agradecendo ao mes-

mo tempo a todos os Cuiabanos as maiores despedidas por que foi tratado durante o tempo que serviu como Commandante do Vapor Paranahs nesta Província, e oferece seus pequenos prestimos em qualquer parte que possa ser útil a seus amigos.

Antonio da Silva Ferreira

ANNUNCIOS.

MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRENOS.

João de Alencourt Sabo d'Oliveira, Juiz Commissario do Municipio de Poconé faz saber aos Srs. possuidores de terrenos sujetos a revalidação e a legitimação que por Portaria da Presidencia de 11 do mes p. p. foi marcado o prazo de dous annos para a medição e demarcação de terrenos a contar do 1º. de Janeiro vindouro; e que por tanto a começar dessa data se achará prompto para dar começo as referidas medições.

Que em virtude do art. 58 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 todos aqueles que deixarem de medir os seus terrenos no prazo marcado serão reputados cahulos em commiso e perderão por isso os direitos que lhe garante a Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850.

E por que nos termos do art. 36 do citado Regulamento nenhuma medição se fará sem requerimento dos interessados de verão estes previamente apresentarem suas petições a fim de se poder aproveitar melhor o prazo concedido medindo de preferencia aquelles terrenos contiguos a outros nas mesmas condições de legitimação e revalidação.

Cuiabá 26 de Dezembro de 1863.

João de Alencourt Sabo d'Oliveira:

Pascual Ordano declara que comprou do Sr. Manoel Martins da Cruz una escrava de nome Josefa de 40 annos mais ou menos. Cuiabá 26 de Dezembro de 1863.

Ferrase anima com promptidão e perfeição a sua Augusta travessa de alegría. Cuiabá 28 de Dezembro de 1863.

Severino de Oliveira:

LOJA DE OURIVES.

Rua de commercio nº. 34

O abaxio assignado mudou a sua residencia para a Rua do Commercio nº. 34 e continua a ter um variado surtimento de obras de ouro tanto vindo do Rio de Janeiro como feito no paiz, e bem assim fazer e concertar obras de ouro somente. Aproveita a occasião para rogar a seos freguezos virem satisfazer suas contas em débito coga especialidade aquelles que tem obrigação já vencidas em seu poder.

Silvano da Costa e Faria

Vinho tinto de superior qualidade do Porto e de Lisboa na rua Augusta n.º 90.

Fumo superior a 18000 reis a vara na rua Augusta n.º 50.

Sal grosso de superior qualidade vendese aos alqueres na venda do Globo na rua Commercio n.º 23.

THEATRO.

Beneficio do Sr. Hipólito
Sabbado 2 de Janeiro

O beneficiado pede a protecção do repetivel publico.

O beneficiado suspenderá um cavallo dentes.

TIP. DE S. NEVES & COMP. R. AUG. N.º 34